

Biodiesel alemão forçado a ser eficiente

Até alguns meses atrás a produção de combustíveis agrícolas era o melhor negócio energético imaginável na Alemanha, graças a uma demanda crescente apoiada pelo Estado. Agora não é mais. As isenções fiscais eram generosas e reinava a crença de que tais combustíveis constituíam uma apreciável contribuição à luta contra a mudança climática. Estas perspectivas levaram agricultores e refinarias a aumentar sua produção e capacidade instalada, que passou de 200 mil toneladas de biodiesel destilado das sementes de colza (*Brassica napus*), em 2000, para 3,4 milhões de toneladas no ano passado.

A superfície cultivada com soja e colza quintuplicou desde 1992. Mais de um milhão de hectares estão plantados com colza na Alemanha, 10% da terra dedicada à agricultura. Em algumas regiões, como o setentrional Estado de Mecklemburgo, Pomerânia Ocidental, essa superfície representa 20% da área agrícola total. Porém, a base dessas perspectivas positivas começa a desaparecer. A partir de 1º de janeiro de 2008, o fisco alemão cobrará cerca de US\$ 0,09 por litro de biodiesel. Este imposto aumentará para mais de US\$ 0,65 em 2012.

A isenção fiscal e as subvenções aos biocombustíveis representaram quase US\$ 3 bilhões em 2006. Como os novos impostos implicam aumento de preço, o biodiesel perderá muita competitividade diante do óleo combustível fóssil, o que faz prever uma queda na demanda. “Muitas companhias já percebem as consequências negativas do fim das isenções. Por isso, agricultores e refinarias reduziram sua produção”, disse Frank Bruhning, porta-voz da associação alemã de produtores de combustíveis agrícolas.

Além disso, a maior demanda por oleaginosas para combustíveis agrícolas gerou uma espiral inflacionária destes insumos. E a competição do óleo de colza importado, muito mais barato, ajudou a minar as perspectivas do negócio. Acontece que outra medida estatal para promover o uso e a produção nacional do biocombustível, a mistura de pelo menos 5% de biodiesel com diesel, se converteu em um estímulo para a importação, pelo aumento de preços no mercado alemão. Essa mistura deve aumentar para 10% até 2010, embora os combustíveis vegetais usados devam ser produzidos de maneira sustentável e ambientalmente neutra.

Segundo dados da associação federal de biocombustíveis regenerativos Biogene, os distribuidores mais importantes utilizam atualmente até 90% de biodiesel importado para ser misturado com diesel. Uma consequência destes reverses é a queda das ações de refinarias alemãs de combustíveis agrícolas, como Verbio, BDI Biodiesel e Biopetrol. Negócios até há pouco promissores correm risco de perdas milionárias. As queixas não demoraram. Em uma entrevista coletiva, no início deste mês, o presidente da Associação Federal de Combustíveis Orgânicos, Peter Schrum, acusou o Ministério das Finanças de querer “triturá-los”.

Embora até hoje o governo federal se oponha a reverter os impostos sobre os combustíveis vegetais, a questão gerou discórdia na coalizão governante formada pela Democracia Cristã e pelo Partido Social Democrata. No final de novembro, os ministros de Economia e Agricultura, os democrata-cristãos Michael Glos e Horst Seehofer, pediram o fim dos novos impostos, argumentando que são um estímulo à importação de biodiesel refinado de palma procedente de países como a Indonésia, cuja pro-

A IMINENTE ELIMINAÇÃO DE APOIOS ESTATAIS AOS BIOCOMBUSTÍVEIS NA ALEMANHA COLOCA EM RISCO UMA INDÚSTRIA QUE COMEÇA A DECOLAR.

POR JULIO GODOY



FOTO: PHOTO STOCK

Plantações de colza na Baviera, sul da Alemanha.

dução traz consigo a destruição de selvas tropicais.

Porém, o ministro das Finanças, o social-democrata Peer Steinbrück, rechaçou tais demandas, o mesmo fazendo deputados democrata-cristãos, como Leo Dautzenberg, responsável pelas finanças de seu partido. “Manter as isenções fiscais para os combustíveis vegetais não tem sentido”, disse Dautzenberg. Como se isso

fosse pouco, a vantagem ambiental dos combustíveis vegetais em relação aos derivados de petróleo é questionada por cientistas e ativistas.

Um estudo do Instituto Ambiental de Hamburgo, apresentado no dia 26 de novembro, conclui que a redução de emissões de gases causadores do efeito estufa pelo uso de biocombustíveis é marginal. “A mistura de 5,75% de combustíveis vegetais com

combustíveis fósseis representa uma redução máxima de 3,5% de dióxido de carbono, sem considerar as consequências ambientais do desmatamento”, devido à extensão das áreas cultivadas com colza e soja, diz o informe. O estudo também estima que os biocombustíveis geram custos não contabilizados –consequências ambientais negativas– entre US\$ 320 e US\$ 370 para cada tonelada de dióxido

de carbono não emitida, além de liberarem óxido nitroso –outro gás responsável pelo efeito estufa– pelo uso de adubos com base em nitratos.

Organizações ecologistas como o Greenpeace há tempos alertam para o “engano ambiental” que, a seu ver, representam os biocombustíveis. Segundo Michael Hopf, porta-voz do Greenpeace, o biodiesel “produz tantas partículas finas cancerígenas quanto os combustíveis fósseis”. Além disso, disse Hopf, o cultivo de vegetais para combustíveis supõe renunciar a plantar alimentos. “Um hectare rende cerca de 3,5 toneladas de colza por ano, que representam aproximadamente 1,07 toneladas de biodiesel, ou 1.150 litros. Mas, este rendimento acontece uma vez a cada quatro anos, o que o reduz a uma média de 288 litros por ano”, explicou.

Se na Alemanha se utilizasse a metade da superfície agrícola disponível para plantar esta oleaginosa, a produção total seria de 1,5 bilhão de litros de biodiesel, menos de 5% do consumo total anual de diesel na Alemanha. Na mesma superfície é possível produzir 6,8 toneladas de trigo ou 41 toneladas de batatas. “A Alemanha tem de escolher entre produzir alimentos ou óleo vegetal para queimá-lo em automóveis”, concluiu Hopf.

** Este artigo é parte de uma série sobre desenvolvimento sustentável produzida em conjunto pela IPS (Inter Press Service) e IFEJ (sigla em inglês de Federação Internacional de Jornalistas Ambientais).*

GRANDES NOMES

Primeiro passo em um caminho acidentado

É NECESSÁRIA UMA VIRADA RADICAL PARA ENFRENTAR A MUDANÇA CLIMÁTICA, A MAIS IMPORTANTE AMEAÇA QUE A HUMANIDADE JÁ ENFRENTOU, AFIRMA NESTE ARTIGO MAURICE STRONG.

POR MAURICE STRONG

É preciso estabelecer um limite global à concentração de gases que aquecem a atmosfera até níveis pré-industriais. Os incrementos compatíveis com esse umbral deveriam ser distribuídos entre países em desenvolvimento, aos quais, também, deve ser destinado um fundo de segurança climática com uma base inicial de US\$ 1 bilhão. A Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudança Climática de Bali foi apenas um primeiro passo em um caminho acidentado rumo a um acordo cooperativo entre todas as nações para o controle dos riscos ambientais.

O compromisso de último momento para prosseguir um processo multilateral de negociações diminuiu ainda mais os já baixos objetivos que haviam sido propostos para enfrentar a mudança climática. Os novos países industrializados, China e Índia em particular, que agora figuram entre os maiores responsáveis pelo aumento da emissão de gases causadores do efeito estufa, manifestaram sua vontade de cooperar com um novo acordo que preserve as metas fundamentais do Protocolo de Kyoto, mas, ao mesmo tempo, negaram-se com justificada firmeza a aceitar compromissos desproporcionais em relação aos que devem ser assumidos pelas nações responsáveis pela maior parte das emissões de gases causadores do efeito estufa.

A reiterada oposição de Estados Unidos, Japão e Canadá em aceitar limitações às suas emissões e a fazer concessões sobre financiamento e transferência de tecnologia continua sendo um obstáculo no caminho para o novo acordo. São escassos os sinais de que serão aceitas as mudanças necessárias. A maior esperança provém da crescente conscientização da cidadania, que pressionará os governos para que superem suas diferenças de modo que em 2012 cheguem a um processo que garanta a todos os participantes um equitativo aumento de responsabilidades. Mas, os resultados da conferência realizada entre 3 e 15 deste mês na Ilha de Bali, na Indonésia, deixam evidentes as enormes

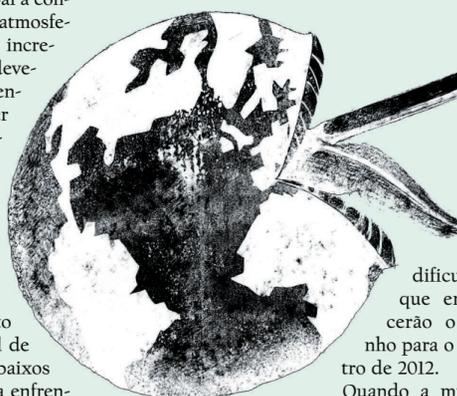


ILUSTRAÇÃO: FABRÍCIO VANDEN BROECK

dificuldades que entorpecerão o caminho para o encontro de 2012. Quando a mudança climática foi citada como um tema emergente na primeira conferência ambiental, realizada em Estocolmo em 1972, o mundo não estava ouvindo. Na Cúpula da Terra do Rio de Janeiro, de 1992, os chefes de 172 governos aprovaram a Convenção sobre Mudança Climática e concordaram em cooperar para encarar os riscos da mudança climática. A aprovação do Protocolo de Kyoto em 1997 foi um grande avanço, mas, seguido da decepção pela rejeição dos Estados Unidos, principal fonte de acúmulo de gases que provocam o efeito estufa.

Necessitamos de uma virada radical de prioridades. Devemos tratar a mudança climática como a mais importante ameaça à segurança global que a humanidade jamais enfrentou. A segurança climática e a segurança energética são dois lados da mesma moeda. Nosso dissoluto uso de energia deve ser posto sob controle. Enquanto isso, deve-se reduzir substancialmente as emissões de gases causadores do efeito estufa. Os incrementos permitíveis nas emissões deveriam surgir da fixação de um “limite global” baseado na avaliação do Grupo Intergovernamental de Especialistas sobre Mudança Climática da quantidade desses gases que se pode permitir acumular na atmosfera para

evitar riscos climáticos inaceitáveis.

As elevações compatíveis com o limite global deveriam ser distribuídas entre países em desenvolvimento em proporções relacionadas com o comportamento das nações mais desenvolvidas na redução de suas próprias emissões. As análises científicas indicam que a atual concentração de 450 partes por milhão (ppm) de gases que provocam o efeito estufa acumulados já é muito alta e deve ser reduzida ao seu nível pré-industrial de 280 ppm. Toda as emissões deveriam ser reduzidas e mantidas nesse grau, que supera radicalmente o contemplado até agora.

É necessário estabelecer um fundo de segurança climática e dar-lhe um orçamento inicial de US\$ 1 bilhão financiado por aqueles países que mais contribuíram para as emissões acumulativas. Esse fundo seria utilizado para ajudar os países em desenvolvimento a reduzir o crescimento de suas emissões e a se adaptarem às condições climáticas adversas. O tipo de regime de segurança climática que resultaria dessas medidas vai bem além do que é considerado realista pela maioria. Mas é imperativo se quisermos assegurar que o planeta seja habitado.

Nossa maior esperança é o exercício do poder do povo para obrigar os governos a agir, como está ocorrendo agora nos Estados Unidos e em outros países. A sociedade civil, com suas vastas redes de organizações e grupos de cidadãos, demonstrou ser capaz de mobilizar em grande escala o poder popular. A sociedade civil e as organizações não-governamentais não podem substituir os governos, mas, com uma ação concertada, têm a capacidade de empurrá-los à ação.

** O autor foi secretário-geral da primeira Convenção das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, em 1972, e o primeiro diretor-executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).*



envolverde AMBIENTE
EDUCAÇÃO
SUSTENTABILIDADE
Revista Digital
www.envolverde.com.br

REPORTAGENS E ARTIGOS DE GRANDES NOMES BRASILEIROS E INTERNACIONAIS
Textos Exclusivos, Cursos, Seminários e Palestras em Jornalismo Ambiental
agencia@envolverde.com.br
 

Assine nossa Newsletter: envie uma mensagem para agencia@envolverde.com.br - Tel/Fax: 55 11 3034-4887